



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



**TITULO:** A inclusão da extensão universitária na formação curricular: a proposta do Núcleo Rondon da Universidade Federal de Pelotas - Brasil.

**EJE:** Incorporación curricular de la extensión. Las prácticas de extensión en las carreras universitarias.

**AUTORES:** *Gitana Cardoso da Silveira Nebel\**; **Orientadores:** *Prof. Dr. Paulo Gaiger\*\* e Prof<sup>a</sup>. Esp. Suzana Lanzetta\*\*\*.*

**REFERENCIA INSTITUCIONAL:** (\*) Acadêmica do Curso de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Federal de Pelotas / Brasil. (\*\*) Professor coordenador do Núcleo Rondon da Universidade Federal de Pelotas / Brasil. (\*\*\*) Professora subcoordenadora do Núcleo Rondon da Universidade Federal de Pelotas / Brasil.

**CONTACTOS:** gitana\_nebel@yahoo.com.br; paulogaiger@gmail.com; sulan@terra.com.br

## RESUMEN

Articular o ensino às demandas da realidade na qual a Universidade está inserida é o objetivo fundamental deste plano de inclusão no currículo acadêmico de Disciplinas Optativas denominadas Rondon I e Rondon II, proposto pelo Núcleo Rondon da Universidade Federal de Pelotas - Brasil.

Compreendendo que o Projeto Rondon é uma ação extensionista de âmbito nacional com a capacidade de vincular múltiplos agentes sociais, dentre eles o Ministério da Defesa, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Instituições de Ensino Superior, bem como a participação voluntária de estudantes universitários. O Projeto Rondon visa primordialmente à integração social, através de ações que aproximam os estudantes à realidade do país e que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades assistidas, de modo a possibilitar a relação transformadora entre a universidade e os diversos segmentos da sociedade.

Dessa forma, as Disciplinas Optativas Rondon I e II, as quais se encontram em processo burocrático de aprovação dentro da instituição, pretendem ser ofertadas para todos os cursos da UFPel. A formação de turmas com caráter multi, inter e transdisciplinar, tem como propósito trabalhar, de forma crítica e reflexiva, os temas emergentes das diferentes realidades do país, abordando questões como direitos e valores humanos, cidadania, meio ambiente, educação, políticas e gestão pública, formas de organização social (economia solidária, cooperativismo, associativismo), saúde, cultura, arte, lazer, entre outros. Deseja-se que os alunos alcancem a compreensão e identificação das realidades e, por conseguinte, aprendam a elaborar o diagnóstico das comunidades onde as ações serão desenvolvidas, tendo como apoio as experiências do Projeto Rondon e das demais ações extensionistas da UFPel.

A inserção de disciplinas advindas da extensão universitária na matriz curricular da Universidade fundamenta-se no entendimento de que as vivências extensionistas contribuem para a formação humanística dos envolvidos, uma vez que evitam o simples acúmulo de disciplinas teóricas e distanciadas da realidade dos estudantes. Sobretudo, influenciam na formação de um profissional crítico, reflexivo e comprometido com o meio socioambiental o qual está inserido, que se vale de conhecimentos e experiências significativas construídos conjuntamente.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Nesse sentido, espera-se que as universidades não sejam simplesmente uma academia de reprodução do conhecimento, fechadas em si mesmas, mas, sim, a ferramenta integradora entre o conhecimento e a sociedade em geral, ou seja, um instrumento de ação que contribua para a (re)construção contínua do mundo.

## DESARROLLO

### **O desenvolvimento da extensão universitária brasileira e o surgimento do Projeto Rondon.**

A prática de extensão universitária no Brasil teve suas origens por volta da década de 30, em particular, no papel em que as universidades públicas tiveram que assumir por parte dos órgãos governamentais. O discurso em torno da qual se afirmava a extensão universitária inicialmente, versava sobre o dever da universidade em dar o retorno à população (carente) de suas produções e conhecimentos. Consistia, na maioria dos casos, em um processo de via única, onde o fluxo situava-se da universidade para a sociedade, tendo em vista, que durante este período, a extensão universitária ficou condicionada às determinações pragmáticas das políticas públicas e interesses do Estado.

Durante as décadas de 1940 e 1950 poucas discussões resultaram em torno da extensão universitária. Foi somente na década de 60 que o conceito de universidade começou a ser atrelado ao trinômio ensino-pesquisa-extensão, de modo que as instituições de educação superior passaram a discutir a questão da práxis universitária, incorporando políticas que contemplassem concepções e diretrizes para a extensão universitária.

Um importante movimento que sobressaiu em meados da década de 60, por ter concebido em suas ações a tríade: o universitário, a universidade e a integração nas áreas de atuação, foi o Projeto Rondon, como é reconhecido atualmente. O projeto inicial tinha como intenção propiciar aos estudantes universitários uma forma de participação positiva, no que se refere ao conhecimento das mais diversas realidades brasileira e na aquisição de experiências profissionais, voltadas para os programas comunitários, de modo que pudessem trocar experiências junto à comunidade visando enfrentar os graves problemas sociais que assolavam, principalmente, as populações do grande interior brasileiro.

A idéia de possibilitar um estágio vivência com finalidade de integração social surgiu de um grupo de professores, em particular pelo Professor Wilson Choeri, chefe do departamento Cultural da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), ao observar a intensa experiência e conhecimentos que os oficiais-alunos da Escola de Comando e



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Estado Maior do Exército possuíam dos aspectos multiculturais e multisociais que permeavam a sociedade brasileira como um todo. Associou-se que tal conhecimento devia às muitas transferências pelas diferentes regiões do país a que é submetido o oficial no transcurso de sua carreira e, como outra peculiaridade importante, o fato de, quase como regra, a maioria deles vir a constituir sua família em área cultural e social diferente da de sua origem. Assim, por força da profissão, eles acabavam tornando-se “brasileiros” num sentido amplo e completo, em termos de compreensão da realidade nacional (RODRIGUES, 2008).

A partir desta percepção, esse grupo de professores exprimiu a necessidade de que aos universitários, futuros profissionais de nível superior e, conseqüentemente, dirigentes do País, fosse dada a oportunidade de conhecer os “outros Brasis”, diferentemente daquele em que tinham nascido e estudado, habilitando-se, assim, melhor para o exercício de funções elevadas na administração pública e privada. Sob este estímulo, o Professor Choeri promoveu, inicialmente, o I Seminário de Educação e Segurança Nacional, onde já se esboçavam os traços da integração do estudante com os problemas brasileiros, sendo que em um dos 15 itens que se constituíam no capítulo Premissas do Seminário estava expresso “...Cabe à Universidade, igualmente, o levantamento da realidade nacional e o estudo dos meios mais adequados para a solução dos problemas brasileiros.” Da mesma forma, o item 13 dessas Premissas, era conclusivo ao afirmar que “...A Universidade deve urgentemente promover a reforma de suas estruturas para que se torne, de fato, elemento dinâmico e atuante no processo brasileiro de desenvolvimento, e venha a ser, em tempo curto, uma real comunidade de professores, técnicos e alunos voltados para o estudo e a pesquisa de nossas realidades, já que as distâncias que acentuam a entre a realidade brasileira e as grandes possibilidades do País concorrem para dar à mocidade universitária um profundo sentimento de frustração” (RODRIGUES, 2008).

Ressalta-se que a idéia do movimento surgiu com o nome de “Universidade Integrada”. Contudo, apesar de polêmico o tema do Seminário para o momento político que atravessava o país, o mesmo obteve importância, pois além de aproximar os professores e os militares envolvidos, minimizando estereótipos recíprocos que normalmente os colocava em posições antagônicas, foi possível encontrar um consenso quanto à aceitação de que os conceitos de Desenvolvimento e Segurança Nacional eram inseparáveis e interdependentes, ambos alicerçados, acima de tudo, em um sólido embasamento educacional, de abrangência universal e sentido permanente. Desse modo, como uma das propostas visando a aplicação imediata dessa interligação, alguns professores foram



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



incluídos nas viagens de estudos previstas normalmente nos currículos dos alunos da EsCEME. Com isso, teriam a possibilidade de conhecer melhor a problemática do grande interior brasileiro, oportunidade que a Universidade não lhes propiciava. Em 1966, o Professor Choeri, ao regressar de uma viagem em Rondônia, impressionado com a realidade e os graves problemas que tivera a oportunidade de vivenciar ao visitar as obras da reabertura da BR-364, e ao ser recepcionado com tamanho entusiasmo pelos seus alunos ao ouvir suas experiências, o próprio Professor pensou: "...Aí surgiu a idéia: Por que não mandar os jovens também, para que eles, além da tomada de consciência da realidade nacional, pudessem ajudar aqueles necessitados?..." (RODRIGUES, 2008).

Dessa forma, com apoio restrito ao representante do Ministro do Interior e ao do Comandante do 5º BEC, um grupo de 28 universitários e 2 professores da Universidade do Estado da Guanabara, realizou um estágio de 30 dias atendendo e vivenciando os problemas das populações amazônicas que se espalhavam ao longo da construção da BR-364. Essa atuação, por sugestão dos próprios participantes naquela época, foi denominada "Operação Rondon", nascendo assim o Projeto Rondon, modo como passou a ser conhecido o movimento, baseado na filosofia humanística do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (RODRIGUES, 2008).

O Projeto Rondon prossegue pelos anos seguintes, com suas operações num constante processo de evolução e aperfeiçoamento e saliente adesão por parte dos estudantes universitários. Em 1968, foi instalado o grupo de trabalho "Projeto Rondon", instituído pelo Ministro do Interior, em caráter permanente, pelo Decreto Presidencial nº 62.927, de 28/07/1968. Em novembro de 1970, ocorreu a reformulação do Projeto Rondon pelo Decreto n.º 67.505, de 06/11/1970, passando a denominar-se "Fundação Projeto Rondon" e a funcionar como órgão autônomo, de administração direta, com sede no Distrito Federal, vinculado ao Ministério do Interior, para os efeitos administrativos, financeiros e operacionais, e coadunando com as diretrizes básicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC). No entanto, durante a década de 80, o Projeto Rondon passou por um processo de esvaziamento e extinção de sua filosofia e do sentido altruístico que o fundamentava e orientava suas ações, sendo extinto oficialmente em 1989. Alegam-se que alguns dos motivos foram às utilizações indevidas de suas estruturas, os abusos no manuseio dos recursos financeiros para outros fins, aproveitamento das facilidades administrativas que o Projeto oferecia, além dos desvirtuamentos de suas finalidades (RODRIGUES, 2008).



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



No entanto, apesar desse conturbado momento pelo qual o Projeto Rondon passou, não se pode desprezar todo o conhecimento e experiência acumulada por estes sujeitos envolvidos em 22 anos de trabalho, tanto no que se refere ao incentivo ao trabalho voluntário, e com amplo conhecimento e vivência dos graves problemas sociais das regiões mais carentes do país, além de propiciar uma formação mais humanística em busca da solidariedade, da igualdade e justiça. Contabilizou-se a participação direta de aproximadamente 350.000 universitários e 13.000 professores, além de, indiretamente, alguns milhares mais de universitários e professores terem se envolvido nas atividades de coordenação, treinamento e administração das operações, nos níveis das Universidades, Coordenações Estaduais de área.

Do mesmo modo, tornou-se necessário nesse momento de crise que os responsáveis pelo Projeto redirecionassem e reformulassem os programas e procedimentos administrativos, de maneira corrigir as distorções surgidas e melhor adequá-lo aos objetivos e interesses dos projetos que pretendessem implantar. Entretanto, como o mesmo ainda era um plano inicial, um desígnio em andamento, e como tal, era imprescindível a necessidade de constantes avaliações nos seus objetivos e formas de atuação, não apenas para a correção dos desvios que viessem a se constatar no seu desempenho, como, também, para a introdução de aperfeiçoamentos para as suas atividades melhor se ajustassem às circunstâncias conjunturais de cada momento, inclusive respondendo de forma mais adequada aos novos anseios e motivações que os jovens viessem a apresentar (RODRIGUES, 2008).

Durante as décadas seguintes, identificou-se que a extensão universitária como um todo no Brasil enfrentou uma crise de identidade, onde de um lado era entendida sob o aspecto do fortalecimento dos movimentos sociais e, por outro, sob o caráter manipulador e assistencialista. Apesar desse grande paradoxo em relação à visão de extensão universitária no Brasil, a mesma passou a ser objeto de estudos e debates que passaram a conceber sua participação definitiva como prática acadêmica necessária à formação de docentes e discentes, além de entendê-la como indissociada do ensino e da pesquisa.

Nesse sentido, a retomada do Projeto Rondon deu-se a partir de uma proposta encaminhada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) ao Presidente da República, em novembro de 2003. Foi criado, então, um Grupo de Trabalho Interministerial, composto por representantes do Ministério da Defesa, Educação, Integração Nacional, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Esporte, Meio-Ambiente e Secretaria-



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Geral da Presidência da República. O Plano Estratégico foi aprovado pelo Presidente da República, em 20 de agosto de 2004, contendo a missão de viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania. A partir dessa fase, o Projeto Rondon está sendo revitalizado, embora utilizar-se dos mesmos moldes do projeto inicial. Hoje, o Projeto encontra-se em processo de consolidação, com uma procura cada vez maior pelas universidades e pelos universitários.

Acredita-se que a universidade deva retornar à sociedade o saber que dela se origina, no entanto deve caracterizar-se por uma busca incessante pela profunda compreensão da realidade social que a comporta (MASETTO, 2003). Sob esse aspecto, o Projeto Rondon é entendido mais como um projeto educacional e social, é uma poderosa ferramenta de transformação social, na medida em que conscientiza jovens que terão nas mãos o destino deste país e da importância do seu papel de protagonista na busca de uma sociedade mais justa

#### **A extensão universitária na construção do currículo acadêmico.**

No cenário de reflexão acerca da extensão universitária, passou-se a compreendê-la em uma posição tão importante quanto o ensino e a pesquisa, pois, sobretudo, é por intermédio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam, gerando permanentes reelaborações que concebem a construção do conhecimento científico. Nessa linha, preponderou a noção de que a extensão universitária não deve estar indissociada do ensino e da pesquisa. Tal concepção foi acentuada durante o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, em 1987, ao identificar a importância da extensão universitária, por ser entendida como um espaço privilegiado de reflexão e ação crítica, contribuindo para a oxigenação do pensar e do agir transformador da Universidade, podendo ser observada da definição a seguir:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2006, p.21).





INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Compreende-se sob essa abrangência que a extensão vai além da sua concepção tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e difusão cultural. Moraes (2001) salienta que se deve retirar da extensão o caráter de “terceira função” para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante e metodológica, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o intuito de encontrar soluções através das pesquisas básicas e aplicadas, visando assim realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervir na realidade concreta.

Nessa perspectiva, foi incluso no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, tornando-se um requisito essencial de identidade às instituições que querem se firmar como Universidade. Significando, por sua vez, um avanço, pois não há como a universidade interferir na comunidade se ela não for capaz de dialogar com as necessidades da região na qual está inserida, e isso só se faz por intermédio da pesquisa, da extensão e do ensino contextualizados.

Em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, é possível alegar que a extensão universitária indissociada ao ensino e à pesquisa contribui nos seguintes aspectos: na difusão e socialização do conhecimento detido por uma determinada área de ensino e dos novos conhecimentos produzidos pela área da pesquisa; no conhecimento da realidade da comunidade em que a universidade está inserida; na possibilidade de diagnosticar necessidades de pesquisas acadêmicas; na prestação de serviços e assistência à comunidade; no fornecimento de subsídios para o aprimoramento curricular e na criação de novos cursos, bem como da estrutura e diretrizes da própria universidade na busca da qualidade educacional; na possibilidade de a comunidade universitária conhecer a real problemática nacional e atuar de modo efetivo na busca de soluções plausíveis, entre outros (SANTOS, 2010).

Diante da capacidade transformadora identificada através das experiências obtidas com extensão universitária, por propiciar aspectos, tais como, autoconhecimento e sensibilização, que contribuem para a formação mais ampla do estudante, estudos levantam questões sobre a necessidade de mudança de paradigma da educação, que para Weil (2000) esse paradigma troca o foco de informação, ensino limitado ao intelecto e instrução dirigida à memória e à razão, para o sentido da formação integral da pessoa, envolvendo o desenvolvimento da sensação, do sentimento, da razão e da intuição.

Nesse sentido, fundamentando-se na necessidade de uma formação mais abrangente e humanística do estudante, impetra-se a inclusão de temas que favorecem a



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



reflexão sobre caráter, ética, solidariedade, responsabilidade e cidadania nos currículos institucionais. A partir destes temas a educação pode aproximar-se dos “aspectos coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais... todos eles necessários para se alcançar uma educação democrática (emancipatória, cidadã, participativa) dos futuros cidadãos” (IMBERNÓN, 2000, p. 11).

As atuais discussões acerca das diretrizes curriculares elaboradas para os cursos universitários apontam para a necessidade do desenvolvimento de propostas de formação mais humana. Sobre as mudanças nos aspectos legais da estrutura curricular, o Parecer CNE/CP 000/2001 (BRASIL, 2001) trata da necessidade de se desenvolver um saber profissional, crítico e competente, que se vale de conhecimentos e experiências.

Portanto, segundo pressuposto de Weber (2000), as atividades de extensão configuram-se como elo entre o aprendizado em sala de aula e a prática intervencionista qualificada e qualificadora.

Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos baseados na concepção acadêmica devem ter como objetivo a interação entre os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social, na perspectiva dialética entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes. A extensão passa a se constituir como integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, em interação constitutiva e permanente com ensino e pesquisa, de forma a contribuir na educação crítica, ética e cidadã do corpo acadêmico (MARTINS, 2008).

Por estas razões, O Fórum e Pró-Reitores de Extensão (2006), objetivando a prática articulada e orgânica entre todos agentes envolvidos na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, idealizou que condicionante para viabilização da mesma sucederá quando o projeto político-pedagógico de cada curso acadêmico for construído em estreita consonância com a política de extensão da instituição, que o influencia e é por ele influenciado. Este, no entanto, é um ideal ainda a ser alcançado, e, para evitar o imobilismo que daí poderia advir, pode ser necessário que as pró-reitorias primeiro viabilizem e estimulem as discussões em sua esfera imediata, em seu âmbito de ação.

Assim, no que diz respeito ao âmbito da extensão, a institucionalização das ações, independentemente da modalidade escolhida ou criada, certamente se constituirá em uma estratégia para auxiliar na criação das condições políticas





INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



para que ações de caráter mais orgânico possam ser experimentadas. Essa institucionalização, na medida em que leva a uma maior visibilidade, pode, por exemplo, estimular estudantes, professores e, portanto, os colegiados de curso, a considerar a importância da incorporação dessas atividades nos projetos político-pedagógicos, dando início a um círculo virtuoso de oferta e demanda entre as áreas responsáveis pelo ensino e pela extensão na instituição; círculo este que com o tempo tenderia a se expandir envolvendo as demais interfaces (FORPROEX, 2006).

### **Proposta do Núcleo Rondon da Universidade Federal de Pelotas: a extensão na formação curricular.**

A Universidade Federal de Pelotas – UFPel atenta e comprometida com às demandas da realidade na qual está inserida, busca sempre uma ampla e efetiva participação em ações, projetos e programas oriundos da extensão universitária, de modo estimular a relação indissociada do ensino-pesquisa-extensão; em particular, salienta-se seu envolvimento em diversas operações do Projeto Rondon.

Em março de 2010, a UFPel fundou o Núcleo Rondon, objetivando uma contribuição mais integrada e contínua com as ações do Projeto Rondon, concebendo essas desde a fase de elaboração do plano de trabalho, como a viagem precursora, a preparação e composição das equipes, a própria operação no município, além do relatório de avaliação final e, quando possibilitada, a operação retorno.

O Núcleo Rondon da UFPel tem como escopo à troca de experiências entre acadêmicos e professores “rondonistas”, bem como a elaboração de prévios diagnósticos das regiões onde ocorrerão as operações para um melhor desenvolvimento das propostas e capacitação das equipes de atuação no Projeto Rondon, além de estimular a atuação de acadêmicos em projetos extensionistas da própria Universidade, como forma de propiciar a interação com saberes populares e com problemática local visando estimular os estudantes à investigação e questionamento da realidade e à capacitação dos mesmos para tornarem-se agentes de transformação social.

Menciona-se que desde a formação do Núcleo Rondon, a UFPel participou de sete operações do Projeto Rondon em diversos estados brasileiros, tais como Pernambuco, Maranhão, Rondônia, Tocantins, Piauí e Rio Grande do Norte. Obteve uma maior



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



participação nas operações do Projeto Rondon tendo em vista o engajamento mais intenso e qualificado tanto por parte dos estudantes como dos professores e, por contar ainda, com o fortalecimento do apoio institucional.

Diante deste contexto delineado, principalmente no que tange as demandas da realidade social suscitando na necessidade de flexibilização curricular, o Núcleo Rondon está propondo a inclusão no currículo acadêmico de Disciplinas com caráter Optativo, denominadas Rondon I e Rondon II.

As Disciplinas têm como intuito serem ofertadas a todos os cursos da UFPel, de modo contribuir na formulação de turmas multi, inter e transdisciplinar, com propósito de trabalhar, de forma crítica e reflexiva, os temas emergentes das diferentes realidades do país, abordando de forma prática e dinâmica questões como direitos e valores humanos, cidadania, meio ambiente, educação, políticas e gestão pública, formas de organização social (economia solidária, cooperativismo, associativismo), saúde, cultura, arte, lazer, entre outros.

O campo para levantamento dos dados e informações refletidos durante as disciplinas será através da interação dos alunos nas mais diversas formas de organização e grupos sociais, isto é, em organizações de economia solidária, cooperativas, organizações não governamentais, associações de bairro, ações extensionistas da universidade, iniciativas do terceiro setor, escolas, bem como em grupos sociais como os quilombolas, assentamentos, movimentos de resistência sócio-cultural-ambiental, entre outros.

As disciplinas possuem tal denominação por entender que, assim como fundamentou o Projeto Rondon, a produção do conhecimento não deve desenvolvida em um único sentido, ou seja, do professor para os alunos e desses para a sociedade, pertencentes a uma estrutura rígida e fechada, mas, sim, a população deixa de ser percebida como mera receptora, pela comunidade acadêmica, de conhecimentos e das práticas produzidas no interior da academia. Compreende-se, assim, como um constante processo de interação, de trocas de experiências, de conhecimentos e de energias, de vivências de diversas e diferentes realidades, de modo que os estudantes observem de perto as angústias, os anseios, as dores e os desafios enfrentados cotidianamente por muitos brasileiros.

Almeja-se, dessa forma, que os acadêmicos desenvolvam uma atitude investigativa e questionadora decorrente do diálogo e interação com a realidade no qual estão inseridos, para compreendê-la e, assim, transformá-la. Entende-se que essa capacidade de testar, manusear e (re)criar o conhecimento, é responsável para qualificar a competência do



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



indivíduo, além de propiciar a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais.

Ressalta-se, por fim, que a flexibilização curricular parte do entendimento que os conteúdos das disciplinas não são mais considerados como a “essência” de um curso, e sim referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos discentes um sólido e crítico processo de formação (FORPROEX, 2006). O currículo acadêmico é tudo que se faz ou se vivencia em uma Instituição de Ensino Superior. Não é algo que possa ser entendido como definitivo, mas sim como um projeto, que se forja no cotidiano e na relação de aprendizagem não linear entre docentes e discentes nas disciplinas, que deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas, para tornarem-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica (FORPROEX, 2006).

Para tanto, é necessário incorporar no percurso curricular as ações de extensão, como também as de pesquisa, que são instrumentos de diálogos e transformação da realidade numa estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil do profissional delineado no projeto político-pedagógico.

Conclui-se que um currículo com ênfase na extensão universitária e na flexibilização curricular possibilita a criação de um currículo com ênfase na construção de uma outra sociedade, visando, portanto, a redução das desigualdades sociais, combatendo a exclusão, construindo uma formação compromissada com a realidade e aumentando a participação cidadã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009/2001**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>.> Acesso em: 17 mai. 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



MARTINS, Eliecília de Fátima. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Ciências & Cognição** 2008; Vol 13 (2): 201-209 Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>> Acesso em: 23 mai.2011.

MORAES, R. C. C. A universidade e seu espaço. In: LOUREIRO, I. ; DEL-MASSO, M. C. (Orgs.). **Tempos de greve na universidade pública**. Marília: Editora da UNESP-Marília, 2001.

RODRIGUES, Mauro Costa. **História do Rondon Atualizada**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projetorondon/>> Acesso em: 10 mai. 2011.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, V.6, n1, p. 10-15, 2010 - ISSN 1808-6578. Disponível: <<http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao06/1.pdf>. > Acesso: 15 mai. 2011.

WEBER, S. Políticas do ensino superior: perspectivas para a próxima década. **Avaliação**, 6 (1), 15-18, 2000.

WEIL, P. **A mudança de sentido e o sentido da mudança**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.